

O ESQUEMA CAUSAL NA CONDICIONAL “SE NÃO ME ENGANO”

THE CAUSAL MEANING IN “SE NÃO ME ENGANO” CONDITIONALS

Muniquê Pedro Pereira Pinto¹

Táisa Peres de Oliveira²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a construção “se eu não me engano” no português, tendo como parâmetro principal de análise a verificação da relação de causalidade nesse tipo de condicional. Como resultado principal, defende-se que, devido a seu funcionamento como modalizador epistêmico, essa condicional não mais serve para construir a noção de causalidade característica das condicionais prototípicas. Esta análise está assentada em pressupostos funcional-cognitivistas tal como se encontram em Sweetser (1990) e Dancygier (1998). Toma-se, para tanto, as condicionais coletadas no português contemporâneo.

Palavras-chave: oração condicional; causalidade; modalidade epistêmica.

ABSTRACT: This paper aims to investigate whether the conditional clause “se eu não me engano” have a causal ground as part of its meaning. As a main result the analysis reveals this type of construction does not function as prototypical if-clauses since it indicates the speaker’s commitment to the proposition embedded within the main clause, as a modal construction. The assumptions made here are mainly based on the work of Sweetser (1990) and Dancygier (1998).

Keywords: conditional clause, causality, epistemic modality.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, coloca-se sob exame as orações condicionais do tipo “se não me engano”, tomando como critério fundamental de análise a verificação do esquema causa-consequência para a construção do significado expresso por esse tipo oracional. Discute-se, aqui, como resultado principal, que a leitura da relação de causalidade característica das orações condicionais, que em última instância pode ser compreendida a partir de quatro domínios cognitivos, parece não dar “conta” da relação que se estabelece entre a oração subordinada e a oração núcleo. De fato, a leitura instaurada aí parece estar muito mais próxima do núcleo de significação dos modalizadores epistêmicos, uma vez que essa condicional serve como um tipo de estratégia de modalização, por meio do qual o enunciador marca seu comprometimento com relação à verdade do conteúdo por ele enunciado.

¹ UFMS, Três Lagoas, Pós-Graduação, munique_pereira@hotmail.com

² UFMS, Três Lagoas, Professora Adjunto, taisapoliveira@gmail.com

Diante de tais considerações, o objetivo principal deste trabalho é analisar a oração condicional “se não me engano” no português brasileiro a fim de demonstrar como seu significado, convencionalizado entre os falantes como uma espécie de modalizador epistêmico, se distancia da noção de condicionalidade prototípica no que diz respeito ao estabelecimento de uma relação lógico-semântica entre a oração condicional e a oração núcleo.

Este artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, discutem-se algumas questões teóricas essenciais ao desenvolvimento do trabalho, tais como a conceitualização da condicionalidade e o esquema causa-consequência na oração condicional. Em seguida, parte-se para a análise da condicional “se não me engano” conforme os padrões de relação comumente estabelecidos pelas orações condicionais. Enfim, as considerações finais trazem as conclusões principais a que se chegou.

O FUNCIONALISMO EM LINGUAGEM

As bases teóricas deste trabalho estão assentadas na articulação de pressupostos funcionalistas à princípios cognitivistas nos termos de Bybee (2010), Dancygier (1998) e Sweetser (1990). Nesta direção, assume-se, como fundamento principal, que a gramática é concebida como uma estrutura flexível, relativamente instável e multifacetada, que emerge da padronização de usos regularizados na dimensão social e cultural, negociada e partilhada entre os indivíduos. Ao mesmo tempo, reconhece-se, que a gramática tem uma base cognitiva, já que sua estrutura também está determinada por partir de princípios cognitivos gerais como “[...] categorização, automatização, habituação, descontextualização, categorização, inferenciação pragmática [...]” (Cunha et al., 2013 p. 16).

O que sustenta esta concepção de gramática é o entendimento de que as estruturas linguísticas refletem outras capacidades cognitivas. Do mesmo modo como classificamos objetos do mundo externo a partir de nossas experiências, as construções linguísticas são concebidas como esquemas cognitivos, aprendidos e armazenados a partir da experiência comunicativa no exercício efetivo da linguagem. Fica evidente, portanto, uma relação de determinação entre discurso e gramática, uma vez que “[...] o discurso conforma a gramática, mas principalmente porque ele não é encontrável despidido da gramática” (NEVES, 2012)

Assim, o que se põe em prática é um modelo de análise em que “[...] se evita a ideia de toda uma gramática formal desprovida de significado e, ao contrário, foca-se no modo como construções gramaticais baseadas no significado emergem de usos individuais da língua”³ (TOMASELLO, 2009, p. 69). Facilmente se postula, portanto, que o estudo das línguas não deve partir de estruturas prontas, ao contrário, o foco principal deve ser explicar os processos gerais que subjazem a emergência da estrutura e significado a partir dos usos linguísticos.

Como consequência, assume-se que estrutura e o significado são armazenados como parte de uma rede de construções. Neste direcionamento, a gramática não pode

³ “[...] to combat the idea of a wholly formal grammar devoid of meaning and instead focus on how meaning-based grammatical constructions emerge from individual acts of language use”.

conter módulos de sintaxe e semântica separadamente: uma vez que construções são resultados de generalizações e convencionalizações do uso linguístico, o pareamento entre os exemplares é direto. Bybee (2010) afirma que as bases da gramática são as categorias, resultantes da relação de similaridade ou identidade pareada que ocorre quando palavras ou sintagmas e suas partes componenciais são reconhecidas e mapeadas com representações armazenadas.

Considerada a natureza dinâmica e construcional da gramática, a língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma vez que emergente da aplicação contínua de processos cognitivos de domínios gerais. Como afirmam Cunha et al. (2013, p. 20),

Língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que estão em permanente emergência, mercê de necessidades cognitivas e/ou intercomunicativa.

Fica assumida a natureza da língua como emergente e adaptável às pressões advindas do uso linguístico, que somente existe na troca efetivada entre falantes, em contextos sociais e psicológicos de uso.

A partir daí o objetivo que se coloca é explicar as motivações semântico-pragmáticas e cognitivo-perceptivas que levam à emergência das estruturas linguísticas e os padrões de regularização de novos significados, observando ainda de que modo a gramática das línguas acomodam essas novas construções. Toma-se como objeto, portanto, o uso linguístico como o complexo instanciador e motivador dos padrões funcionais que ativam e modificam as bases das estruturas gramaticais. Desse modo, a tarefa principal é

identificar e avaliar fatores de natureza cognitiva e pragmático-discursiva que regulam as tendências de manifestação do fenômeno investigado, atentos para as restrições de natureza formal que estimulam ou bloqueiam tendências de regularização desse fenômeno. (CUNHA et al., 2013, p. 21)

Essas considerações selecionam como objeto de descrição esquemas gramaticais que unem forma e função, como resultado da convencionalização da relação entre estrutura linguística e sua interpretação semântico-pragmática, também chamados construções gramaticais.

Partindo desses princípios, Dancygier (1998) propõe descrever as orações condicionais como um tipo de construção sintática, resultante do mapeamento convencional de suas propriedades lexicais e estruturais em aspectos de sua interpretação semântico-pragmática. Para a autora, (1998) é possível identificar uma função comum para a estrutura condicional, no geral representada pela expressão *se p, q*. A partir daí considera-se o modo em que as interpretações do significado de condicionais reais são construídas em termos dessa função comum em combinação com os significados atribuídos pelos demais elementos formais presentes na estrutura condicional.

Mediante estas considerações é que neste artigo coloca-se como objetivo avaliar o esquema causal na condicional “se não me engano”, aqui concebida como resultado da convencionalização da inferência da incerteza epistêmica.

A ORAÇÃO CONDICIONAL NO PORTUGUÊS

São denominadas construções condicionais os enunciados que assumem a forma *se p q*, entendida como a moldura mais ampla a partir da qual é possível interpretar todas as instâncias desse tipo oracional. Assim, orações condicionais são introduzidas por uma conjunção condicional e que se caracterizam, principalmente, por apresentarem a situação condicionante que leva à realização da situação descrita na oração principal. É o que se nota no exemplo:

- (1) Se eu faço isso, estou faltando com a minha promessa. (NEVES, 2000, p. 830)

Nota-se, aí, o anúncio de uma causa hipotética, veiculada na oração introduzida por *se*, eventualmente denominada prótase, que serve como contingente para a validação da consequência enunciada na oração principal, também chamada apódose. A leitura que emerge dessa relação é comumente descrita nos termos de “considerada a realidade descrita no enunciado condicionante, segue a realidade descrita no enunciado principal”. Desse modo, no exemplo a situação condicionante “Se eu faço isso” deve ser preenchida para a validação da situação “estou faltando com a minha promessa”, enunciada na apódose.

Orações condicionais têm sido descritas sob vários enfoques que revelam sua natureza forma e funcional. São tratados aí questões como funções pragmáticas, tipo de conector usado na construção condicional, ordem, processo de junção que codifica a relação, tempos e modos verbais, como atesta a vasta literatura sobre o tema (DUCROT, 1972; HAIMAN, 1978; COMRIE, 1986; DANCYGIER, 1998; SCHWENTER, 1999; DECLERCK & REED, 2001, entre outros). No geral, os estudos privilegiam a condicional a estrutura condicional prototípica, introduzida pela conjunção *se*, como se observa nos estudos de Neves & Braga (1998); Neves (1999, 2000); Hirata (1999); Souza (2003); Oliveira (2004, 2005); e Ferrari (1999, 2000, 2001).

Neste contexto, a construção “*se não me engano*” tem sido descrita como um tipo ordinário de oração condicional, como se encontra, por exemplo, nos tratados de Hirata (1999), Neves (2000) e Oliveira (2002, 2005). Para Hirata (1999), esse tipo de condicional serve como um ato de fala que atualiza as condições para a validade de uma premissa hipotética. É o que a atura ilustra com o exemplo:

- (2) Há poucos dias, *se não me engano* no domingo, no programa dos Trapalhões, um deles pediu o favorecimento de uma autoridade e descobriu que aquele amigo dele de muita influência tinha conseguido casa no BNH. (Hirata, 1999)

Em Neves (2000), a construção “*se não me engano*” também aparece descrita como uma instanciação da moldura *se p q*. Ao descrever o esquema modo-temporal nas orações condicionais, a autora trata a condicional “*se não me engano*” como um tipo de condicional eventual, na qual o grau de hipoteticidade é codificado por tempos que estabelecem uma relação de futuro potencial. A autora ilustra essa eventualidade da condicional com o exemplo:

- (3) Também ouvi, *se não me engano*.

Nota-se, nesses trabalhos, que a estrutura “*se não me engano*” tem sido descrita por meio do esquema condicional prototípico, sem nenhuma consideração mais pormenorizada sobre sua relação com significados ligados ao campo das modalidades.

Numa postura um pouco diferenciada, Oliveira (2004, 2005) estuda esse tipo de condicional a partir dos efeitos pragmáticos que ela produz. A condicional é descrita como um tipo de estratégia de polidez, já que a implicatura da incerteza que dela emerge serve como mecanismo de preservação da face, ao permitir ao falante revelar seu (des)comprometimento com a verdade do enunciado. Essa autora afirma:

Nesses contextos, o falante usa a condicional para introduzir a oração núcleo em termos hipotéticos, colocando essa proposição sob o domínio da incerteza, descomprometendo-se com a verdade dessa proposição. (OLIVEIRA, 2005, p. 127)

Juntamente com a condicional “se não me engano”, a autora também analisa condicionais do tipo “se (eu) to lembrado”, “se não me falha a memória”, “se minha premissa é correta”, como ilustram os exemplos:

- (4) o que é o regime sindical nos estados unidos é no, *se não me falha a memória*, terceiro conto, quarto conto, uma coisa assim. (Oliveira, 2005, p. 127)
- (5) é um livro: em que o éri veríssim/ o érico veríssimo... *relata uns episódios acho que da aguerria civil espanhola se eu... se tô bem lembrado...* e aí no: na manhã seguinte então:... voltei ao... à casa de saúde. (Oliveira, 2005, p. 127)
- (6) uma dificuldade de se dizer este humano, de dizer o humano desta forma então vejam *se essa minha premissa é correta, se essa minha premissa é correta*, e esse dizer humano vai se colocar em diversos níveis, a nível do social, nível político, nível econômico, enfim a nível de toda a atividade humana. (Oliveira, 2005, p. 128)

É em Oliveira (2008) que se começa notar o comportamento diferenciado desse tipo de construção. A autora postula que esse tipo de condicional tem seu significado próximo ao dos modalizadores epistêmicos e a trata como uma construção de contexto específico. Oliveira (2008, p. 180) afirma que

[...] no caso das condicionais *Se não me engano*, o valor de incerteza que figura nessas orações não parece ser decorrente apenas do sentido atualizado pela conjunção condicional. A expressão da modalização epistêmica que se verifica nesse tipo de construção emerge da relação estabelecida entre os vários elementos que compõem essa condicional.

Ora, o que se nota, então, é uma variedade de tratamentos que nem sempre chegam a um consenso sobre a natureza da condicional “se não me engano”. É com este objetivo que se propõe este trabalho. Para esta tarefa, partimos da análise da relação de causalidade estabelecida entre as duas proposições, entendido como característica básica do significado condicional. A partir daí espera-se mostrar que o significado das condicionais “se não me engano” já não mais se mescla ao esquema causal como nas condicionais prototípicas, mas está muito mais próximo da zona de significação dos modalizadores epistêmicos. É o que se discute em seguida.

O ESQUEMA CAUSAL-CONDICIONAL

A oração condicional tem seu significado assentado sobre uma base causal hipotética. Desse modo, sua função principal é comunicar uma relação de causalidade não preenchida que entrelaça dois enunciados, e que, em última instância, se manifesta em nuances semântico-pragmáticas diversas, assumindo diferentes formas. É o que discutem autores diversos como Haiman, 1978; Traugott, 1985; Traugott et al., 1986; Sweetser, 1990; Dancygier, 1998; Schwenter, 1999; Dancygier, Sweetser, 2005.

Considerando essa multiplicidade de sentidos e a variedade estrutural das orações condicionais, Sweetser (1990) e Dancygier (1998) propõem interpretar o significado condicional em quatro domínios cognitivos. Neste direcionamento, entende-se que há uma zona causal base da qual os significados vão se distanciando à medida que se tornam mais (inter)subjetivos. São distinguidas, assim, as condicionais (i) de conteúdo, (ii) as epistêmicas; (iii) as dos atos de fala e (iv) as metatextuais.

As *condicionais de conteúdo* são o tipo mais básico de condicional. Nelas estão presentes traços da causalidade que se marcam especialmente pelo modo como os eventos estão dispostos, implicando uma determinada sequencialidade. A leitura que emerge nessas construções é a seguinte: considerada a realidade do evento condicionante, segue a realidade do evento principal. Veja-se o exemplo:

(7) Se não tiver um conteúdo para simular o olho, essa parte afunila. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (7), descreve-se o evento “não tiver um conteúdo para simular o olho” como a causa, ainda não realizada, para a realização do evento “essa parte afunila”. Ou seja, o evento codificado na oração condicional é enunciado como o causador do evento descrito pela oração núcleo. Vê-se, nesse tipo de condicional, que os eventos estão dispostos numa determinada sucessão temporal, relevante para o tipo de relação aí estabelecida.

Esse tipo de condicional é menos subjetivo, uma vez que o falante descreve um evento ou sucessão de eventos observado(s) numa situação externa. Em outras palavras, condicionais desse domínio tem seu significado assentado sobre uma situação concreta percebida. Seu significado está mais próximos da zona da causalidade.

Nas *condicionais epistêmicas* o significado tende a se tornar mais embasado nas crenças e atitudes do falante com relação a seu enunciado. A relação que se estabelece aí é de inferência epistêmica, ou seja, o conhecimento que se tem acerca de um fato leva o falante a concluir outro fato. Observe-se o exemplo:

(8) Se a secretaria tem falta de um assistente social, ela pode, ela contrata um. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (8), o conhecimento que o falante tem sobre o fato “a secretaria tem falta de um assistente social” o leva a concluir como consequência provável o fato “ela pode, ela contrata um”. Esse significado está fundamentado na avaliação que o falante faz de uma situação interna ou cognitiva e, por isso, é mais subjetivo. Esse significado é resultado de uma suposição ou conjectura do falante, que hipotetiza acerca da relação entre os dois fatos descritos na oração condicional e na oração núcleo. A leitura que se tem aí é a seguinte: considerada a verdade do fato condicionante, eu concluo o fato principal.

As *condicionais de atos de fala* constroem uma moldura em que seja relevante enunciar um ato. O significado veiculado nesse tipo de condicional está assentado sobre as atitudes do falante com relação ao contexto de fala e ao ouvinte. Como resultado, nesse tipo de condicional a noção de causalidade encontra-se já bastante diluída e o grau intersubjetividade é ainda maior. Veja-se:

(9) Se a criança quer fazer judô, tem que ter um horário pela manhã. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (9) a condicional “a criança quer fazer judô” cria uma moldura em que é comunicativamente relevante enunciar o ato “tem que ter um horário pela manhã”. Nesse tipo de condicional, o falante demonstra ater-se a todas as normas pragmáticas e

convenções sociais, ao evitar enunciar um ato que, por alguma razão, possa ser questionado no contexto da fala. Nesse tipo de condicional, a leitura que emerge é a que segue: considerada a situação condicionante, enuncia-se esse ato.

Nas *condicionais metatextuais*, o falante também constrói um contexto alternativo em que um ato de fala é pragmaticamente relevante. No entanto, ao fazê-lo, o falante faz uma referência explícita à qualquer elemento da situação de interação, ou seja, por meio dessa condicional o faz uma referência ao próprio domínio textual. É o que se vê no seguinte exemplo:

- (10) Teresa respondeu, chorando, que entraria num convento, se essa era a vontade de seu pai. (18:Castelo:Amor)

Em (10) a condicional “se essa era a vontade de seu pai.” cria uma situação hipotética em que é relevante enunciar o ato descrito na oração núcleo. Além disso, o falante faz referência a uma porção de informação do enunciado principal. Desse modo, parece adequado considerar que o significado desse tipo de condicional está baseado na situação textual e metalinguística e, à medida que se torna altamente embasado na avaliação do falante em relação à interação, o significado condicional se torna cada vez mais intersubjetivo. A leitura que se faz nesse tipo de condicional é: considerado determinado elemento do discurso, enuncia-se esse ato.

Um aproveitamento que se tira dessa proposição é a verificação do modo como diferentes traços da condicional são mapeados nos diferentes domínios cognitivos. A partir daí, a condicional é considerada em suas múltiplas possibilidades, evidenciando as determinações semântico-pragmáticas e cognitivas de seu significado. A noção de causa, que está na base desse significado vai se diluindo à medida que o significado condicional se torna mais (inter)subjetivo e, conseqüentemente, mais abstrato. Proporcionalmente, quanto mais se desenvolve mais nuances o significado apresenta. No entanto, Dancygier (1998) afirma que, em maior ou menor grau, todos os tipos de condicional apresentam, de certa forma, traços da causalidade, que se configuram na forma de uma hipótese a ser verificada.

O que se nota, então, nos diferentes tipos de condicional é que o complexo causa-conseqüência serve como referência para a construção do significado que a condicional manifesta. Indistintamente, a condicional começa pelo assentamento de uma situação condicionante – que pode ou não ser preenchida – e a partir daí enuncia-se um conteúdo dependente do preenchimento dessa condição. Seguindo por outra direção, a condicional “se não me engano” parece afastar-se do campo da condicionalidade. Seu funcionamento como mecanismo de comprometimento com a verdade da proposição enunciada a aproxima fortemente da zona da modalização e parece bloquear o esquema causa-conseqüência. É o que se discute nas seções a seguir.

OESQUEMACAUSA–CONSEQÜENCIANASCONDICIONAIS“SENÃO ME ENGANO”

Os dados para a análise foram coletados no Corpus do Português,⁴ organizado por Davies & Ferreira (2006). Trata-se de um banco de dados formado por mais de quarenta

⁴ Disponível em: <www.corpusdoportuguês.org>

e cinco milhões de palavras, coletadas em registros orais e escritos que contemplam as variedades do português brasileiro e europeu, num período que vai dos séculos do XIV ao XX. Os textos que compõem o *corpus* estão divididos entre os tipos acadêmico, notícias, ficção e oral.

Para composição da amostragem analisada neste trabalho, considerou-se dados do português brasileiro, dos séculos XIX e XX, em toda variedade de tipologia textual que o *corpus* conforma. Foram coletadas um total de noventa ocorrências da estrutura “se (eu) não me engano”, que assim se dividem:

Quadro 1: Ocorrências

se eu não me engano	16 ocorrências
se não me engano	74 ocorrências

Fonte: Elaboração própria

Uma vez que se trata de um padrão funcional emergente, com significação bastante específica, a baixa frequência já era esperada. Além disso, esse tipo de construção é mais típico em textos orais, já está ligada a valores altamente intersubjetivos. Uma vez que consideramos um único critério de análise, não há necessidade de quantificação, já que esta resultaria numa relação *default*.

O exame da condicional “se não me engano” e seus efeitos no enunciado facilmente mostram que o domínio de conteúdo não poderia mesmo abrigar esse tipo de construção. Uma vez que nesse tipo de oração lidam-se com valores epistêmicos, a relação nela construída não pode ser interpretada a partir de uma correspondência com a causalidade explicitada entre dois eventos, característica fundamental de orações desse domínio.

Uma análise componencial do seu significado a levaria às pertences do domínio epistêmico. Nela, pela negação do verbo “enganar”, nega-se o desconhecimento de uma proposição. O efeito obtido aí é exatamente o contrário e, então, declara-se o conhecimento dessa situação. Ao servir como mecanismo de manifestação do conhecimento do falante, poder-se-ia dizer, então, que a condicional estaria mais próxima desse nível.

No entanto, claramente se verifica que os efeitos aí construídos não podem ser considerados resultados da relação condicional. Na condicional epistêmica, o falante constrói um enunciado num formato tal que uma proposição serve como condição para a conclusão que se apresenta por meio de outra proposição. Em outras palavras, o conhecimento que se tem de fato é condição suficiente para se concluir outro fato, enunciado na segunda proposição. As orações se enlaçam, assim, numa relação de inferência epistêmica. Nada disso ocorre na condicional “se não me engano”. Observem-se os exemplos:

(11) Desde criança ouvi falar na escrava de minha família que resolveu deixar o Piau e voltar para a África. *Se não me engano*, Mariana era neta dessa escrava. – Então a avó de minha avó foi escrava de sua família? – Foi o que ouvi contar (19:Fic:Br:Olinto:Trono)

(12) Inventei que estava doente para faltar à aula. (*Se não me engano*, tive mesmo uma diarreia nervosa), mas papai não admitiu nenhuma desculpa; levou-me em pessoa até a porta da escola (19:Fic:Br:Verissimo:Tempo)

Tome-se, primeiramente, o exemplo (11): nele o falante enuncia que para a proposição “Mariana era neta dessa escrava” ser verdadeira, tem que ser verdadeira também a condição que é o falante não estar enganado. Vê-se que a relação instaurada aí não é de inferência epistêmica, típica das relações desse domínio. Em outras palavras, em (11) não se pode afirmar que a proposição “Mariana era neta dessa escrava” é concebida como sendo a conclusão a que se chega se considerada a verdade da proposição enunciada pela oração condicional. O mesmo ocorre no exemplo (12): a oração “se não me engano” não apresenta a situação condicionante a partir da qual é possível inferir a conclusão “tive mesmo uma diarreia nervosa”. Logo, a relação entre os dois segmentos não pode ser de condição.

O que se nota nessas construções é que, embora exista de fato uma relação de modificação entre a oração condicional e a oração núcleo, essa relação é de modalização epistêmica, e não de condição. Não existe, nelas, uma condição suficiente para se chegar a uma conclusão, traço que seria característico das condicionais do domínio epistêmico.

Tampouco se poderia considerar a condicional “se não me engano” no domínio dos atos de fala ou no metatextual. Esses dois tipos assemelham-se uma vez que a relação construída aí é de relevo pragmático, e, por isso mesmo, se apresentam com traços da relação lógico-semântica bastante frouxos, uma vez que a relação de causalidade está bem diluída.

Por um lado, a condicional “se não me engano” constrói-se por meio de um elo relativamente fraco, como nas condicionais de atos de fala e nas metatextuais. No entanto, por outro lado nela não existe o assentamento de um contexto alternativo para a adequação comunicativa de um ato de fala, como é o caso das condicionais dos atos de fala. Veja-se a seguinte ocorrência:

- (13) “Tinha saído com o meu filho para uma visita a um rapaz que está mal, no hospital. É um cantor, *se não me engano*. (19:Fic:Br:Holanda:Burro)

Há, nesse exemplo, uma relação extremamente frouxa entre a oração condicional e seu núcleo, uma vez que a relação de causalidade encontra-se enfraquecida. Essa relação, entretanto, não pode pertencer ao domínio dos atos de fala, já que lhe falta uma condição suficiente que funcione como mecanismo de introdução de um espaço alternativo no qual seja adequado ou relevante enunciar o ato de fala veiculado pela oração nuclear.

Considere-se que a leitura que emerge no domínio dos atos de fala é a seguinte: “no contexto em que a situação condicionante é verdadeira, eu posso enunciar ato de fala da oração núcleo”. Essa não pode ser a leitura que surge da relação entre a condicional e a oração nuclear numa construção como a que se verifica no exemplo em (13). Nesse caso, o ponto principal da construção é comunicar o conhecimento de um fato e não adequar um ato às normas e convenções pragmáticas.

É inegável que existe aí um enlace entre os dois segmentos. No entanto, essa relação não é de condição suficiente para adequação de um ato, mas verifica-se nela uma modificação semântica que se liga claramente à manifestação do conhecimento do falante, o que coloca esse tipo de construção no campo das modalidades. Como consequência, não se pode considerar a oração “se não me engano” como o espaço alternativo em que

seja pragmaticamente relevante enunciar um ato, já que a relação construída aí serve como mecanismo para se comunicar o conhecimento do fato em si.

Ao se considerar o domínio metatextual, fica evidente que a condicional “se não me engano” não pode enquadrar-se como exemplar desse domínio, uma vez que nelas não existe nenhuma referência explícita ao contexto de interação que sirva como condição para a adequação do ato enunciado em seguida, o que seria a principal característica de condicionais desse domínio. Veja-se o exemplo:

- (14) Olhe, *se não me engano*, é ele que ali passa ao largo. Teresa - É ele...
é. (18:Azevedo:Princesa)

No exemplo, notam-se marcas de primeira pessoa que claramente vão além do sujeito sintático e fazem referência explícita ao sujeito enunciador. Entretanto, a referência que aí se faz não diz respeito ao papel do falante no contexto de interação, mas ao conhecimento que ele possui para relacionar dois fatos. Esse tipo de condicional não pode, portanto, pertencer ao domínio metatextual, no qual relações são construídas tomando como condição uma referência clara ao contexto discursivo que sirva como mecanismo para dar relevo pragmático a um ato enunciado.

As diferenças que se notam entre os exemplos de (7)-(10), que ilustram o funcionamento do esquema causa-consequência em condicionais mais prototípicas, e os de (11)-(14), que trazem casos de condicional “se não me engano”, resumem-se no seguinte quadro:

Quadro 2: Comparando os tipos de condicionais

condição	consequência
Se não tiver um conteúdo para simular o olho	essa parte afunila
Se a secretaria tem falta de um assistente social	ela pode, ela contrata um
Se a criança quer fazer judô	tem que ter um horário pela manhã
Se me permite dizer	Deus e a medicina moderna têm necessidades e soluções muito diferentes das nossas
*Se não me engano	Mariana era neta dessa escrava
*Se não me engano	tive mesmo uma diarreia nervosa
*Se não me engano	É um cantor
*Se não me engano	é ele que ali passa ao largo

Fonte: Elaboração própria

Por este caminho fica revelado que as condicionais exemplificadas nos casos de (7)-(10) podem equacionar-se por apresentarem, de um modo ou outro, uma condição para a realização de uma oração núcleo, mas nada de semelhante ocorre nas condicionais exemplificadas nos casos em (11)-(14), que não trazem em si uma condição. Assumindo um comportamento funcional bastante diferenciado, construções como essas falham em apresentar uma hipótese a ser verificada, traço principal de uma oração condicional.

Fica evidente, então, que a condicional “se não me engano” não apresenta um comportamento prototípico de condicionalidade. A leitura instaurada nelas parece estar muito mais próxima do núcleo de significação dos modalizadores epistêmicos e do campo da evidencialidade. Na relação construída por essas orações, facilmente se verifica que a condicional “se não me engano” serve para indicar o comprometimento do

falante com seu enunciado, revelando explicitamente seu grau de certeza com relação verdade de seu conteúdo enunciado e, ainda, marcando-se como fonte dessa verdade enunciada.

A inferência da incerteza, como se sabe, é parte do significado de qualquer condicional, que codifica a situação nela descrita como não real ou não assertiva (DANCYGIER, 1998; SCHWENTER, 1999). No entanto, no caso específico da condicional “se não me engano” os valores expressos vão além da indicação da irrealidade da situação condicionante, mas passam pela qualificação epistêmica do enunciado.

O que se nota nesse tipo de construção é que o sentido da oração condicional nela expresso vai da indicação de uma situação hipotética à indicação da atitude do falante, em relação à verdade da proposição por ela expressa. Os significados que na condicional ordinária são baseados na situação cognitiva interna, na condicional “se não me engano” estão assentados na atitude do falante. Desse modo, facilmente se postula que a atitude epistêmica do falante constitui o sentido de maior proeminência nessas construções.

Chega-se, assim, à consideração principal de que a condicional “se não me engano” configura um tipo de construção sintática, esquematizada com um significado específico. Nela cada um de seus componentes se relacionam de forma convencional para construir um significado novo, que se mescla com o esquema da modalização.

Tomando a noção de modalidade epistêmica “como os meios linguísticos pelos quais o falante revela seu comprometimento em relação à verdade da proposição” (DALL'AGLIO-HATTNER et al., 2001, p. 109), pode-se afirmar que essa condicional pertence à categoria dos modalizadores epistêmicos. Seu comportamento funcional se assemelha a exemplares dessa categoria, já que, como eles, essa condicional tem servido para marcar o comprometimento do falante àquilo que ele enuncia, evidenciando seu grau de (in)certeza com relação aos fatos enunciados. Observe-se a seguinte comparação:

Quadro 3: Os modalizadores epistêmicos

Se não me engano	Mariana era neta dessa escrava
Eu acho que	
Acredito que	
Creio que	
Parece que	

Fonte: Elaboração própria

Note-se aí a paridade funcional desses segmentos. Assim como fazem os demais modalizadores, por meio da condicional “se não me engano” o falante deixa claro seu grau de incerteza com relação a seu enunciado. Pode-se dizer, então, que nesse tipo de construção, o significado construído pela oração condicional deixa de indicar uma situação hipotética para indicar a atitude do falante em relação à verdade de seu enunciado.

Como consequência, a proposição nuclear não depende da condicional nos mesmo termos em que acontece nas condicionais prototípicas, em que há a combinação de uma proposição condicionante a uma proposição resultado. Isso se mostra no alto índice de

condicionais “se não me engano” intercaladas e pospostas. Uma vez que a relação instaurada aí não é de causa-consequência, a oração “se não me engano” fere o princípio da iconicidade, que prevê que causa seja anunciada antes de sua consequência e que dá sustento para a posição favorita da condicional prototípica, a anteposição.

Evidencia-se, assim, que as condicionais “se não me engano” não tem sua zona de significação assentada no esquema causa-consequência, que sustenta o significado condicional prototípico. Essas construções expressam um valor modal não contido na condicionalidade e claramente se afastam dessa categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo era analisar a condicional “se não me engano” no português do Brasil. Como especificação desse objetivo, pretendeu-se verificar as correspondências entre a relação construída por esse tipo de construção e a noção de causalidade, que está na base do significado condicional.

As análises aqui construídas estão assentadas em premissas funcional-cognitivistas e tomam como assunção principal o entendimento da condicionalidade como uma categoria conceitual. A partir daí a relação de causalidade que participa do enlace entre a condicional e a oração nuclear é concebida como um critério definidor de pertença à categoria. Para o tratamento que se fez aqui, considerou-se a multiplicidade de nuances que o significado condicional pode assumir, tendo como referencial teórico principal a classificação elaborada por Sweetser (1990) e Dancygier (1998), que interpretam o significado condicional em quatro domínios cognitivos.

Partiu-se da hipótese principal de que a condicional “se não me engano” não apresenta o esquema causa-consequência como base de seu significado e, portanto, não mais estabelece uma relação de causalidade, característica principal das orações condicionais. Devido sua carga semântica e suas relações no enunciado, procurou-se confirmar a proximidade dessa condicional com a zona conceitual dos modalizadores epistêmicos.

Considerou-se, então, como parâmetro principal de análise a relação de causalidade estabelecida entre a oração condicional e a núcleo em todas as suas possibilidades. Assim, a condicional “se não me engano” foi analisada conforme os padrões de significação e de funcionalidade que se notam nas condicionais de conteúdo, nas epistêmicas, nas dos atos de fala e nas metatextuais.

A partir daí, ficou evidente que a condicional “se não me engano” se distancia da condicionalidade prototípica, uma vez que seu significado não se assenta sobre o esquema causa-consequência. Desse modo, notou-se que nessas condicionais não existe uma hipótese a ser verificada, traço principal da relação estabelecida entre os dois segmentos de uma construção condicional.

Tomando outra direção, a relação que a condicional “se não me engano” estabelece serve como mecanismo para indicar o comprometimento do falante com relação a seu enunciado e também para marcar seu grau de certeza com relação à verdade de sua proposição. Ou seja, funcionalmente, a condicional não estabelece uma condição, mas atua como modalizador epistêmico da oração principal com a qual se liga.

A paridade funcional observada entre esse tipo de condicional e outros modais evidenciou o funcionamento dessa construção como modalizador epistêmico. Confirmou-se, portanto, que a leitura instaurada na relação entre a condicional “se não me engano” e sua oração núcleo pertence, de fato, ao núcleo de significação dos modalizadores epistêmicos.

Como resultado principal, chega-se, então, ao entendimento de que o significado da condicional “se não me engano” não pode ser obtido por uma análise componencial, ou seja, das partes que compõe a estrutura da condicional. Ao contrário, o significado manifestado por essa condicional parece ser resultado de um processo de convencionalização que, regularizado na dimensão social e cultural, é compartilhado entre os falantes.

REFERÊNCIAS

- BYBEE, J. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.). **On Conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 77-99.
- CUNHA, M. A. F. et al. A Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CUNHA, M. A. f. & CEZARIO, M. M. **Linguística Centrada no Uso**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, pp. 13-39.
- DANCYGIER, B. **Conditionals and predication** (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- _____.; SWEETSER, E. **Mental Spaces in Grammar: conditional Constructions**. Cambridge Studies in Linguistics 108. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. **Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s**. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>, 2006.
- DECLERCK, R. & REED, S. **Conditionals. A comprehensive empirical analysis**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2001.
- DUCROT, O. **Dire et ne pas dire**. Paris: Hermann, 1972.
- FERRARI, L. Construções gramaticais e as construções condicionais. **Scripta**, v. 5, n. 9, pp. 143-150, 2001.
- _____. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. **Veredas**, v. 3, n. 1, pp. 115 a 128, 2000.
- _____. Postura epistêmica, ponto de vista e mesclagem em construções condicionais na interação conversacional. **Veredas**, v. 3, n. 1, pp. 115 a 128, 1999.
- HAIMAN, J. Conditionals are topics. **Language**, n. 54, 1978, pp. 564-589.
- HIRATA, F. B. M. **A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil**. Araraquara, 1999, 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista.
- NEVES, M. H. M. **A gramática passada a limpo**. São Paulo: Parábola, 2012.
- _____. As construções condicionais. In: _____. (Org.). **Gramática do português falado. Novos Estudos**. Campinas: EdUNICAMP/FAPESP, 1999. v. 7.
- _____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.
- _____.; BRAGA, M. L. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e condição. **D.E.L.T.A.**, v. 14, , 1998, pp. 191-208. (número especial)
- OLIVEIRA, T. P. Condicionais, polidez e atenuação. **Alfa**, v. 49, n. 1, p p. 123-137, 2005.
- _____. Se não me engano está se gramaticalizando? _____, v. 52, n. 1, pp.179-193, 2008.
- TOMASELLO, M. The usage-based theory of language acquisition. In: BAVIN, E. **Cambridge Handbooks in Language and Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. pp. 69-87.

TRAUGOTT, E. C. Conditional Markers. In: HAIMAN, J. **Iconicity in Syntax**. New York/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1985, pp. 289-307.

_____. et al. (Eds.). **On conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCHWENTER, S. A. **Pragmatics of conditional marking: implicature**, scalarity, and exclusivity. New York: Routledge, 1999.

SOUSA, G. C. **Se tempo fosse condição**: um estudo das estruturas de tempo e de condição no português oral brasileiro. São José do Rio Preto, 2003, 194 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

SWEETSER, E. E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. (Cambridge Studies in Linguistics, 54).